

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/PRES, de 17 de janeiro de 2007.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.645, de 25 de março de 2003, e

Com fundamento na Lei 7.183, de 5 de abril de 1984, que regula o exercício da profissão de Aeronauta, na Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que cria o Código Brasileiro de Aeronáutica e ainda na Portaria Interministerial nº 3.016, firmada pelos ministros do Trabalho e da Aeronáutica em 5 de fevereiro de 1988, publicada no DOU de 10 de fevereiro de 1988, que expede instruções para a execução da Lei 7.183;

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar a operação de aeronaves de propriedade desta Fundação e as disponibilizadas para seu serviço, bem como estabelecer critérios para o trabalho de servidores habilitados a operá-las.

Art. 2º As viagens em aeronaves de propriedade desta Fundação bem como aquelas que estão cedidas a este órgão, somente serão autorizadas pela Presidência da FUNAI, atendendo exclusivamente as necessidades do órgão, devendo quando solicitado especificar o objetivo da viagem, as datas de saída e retorno, quantitativo de passageiros e carga e ainda a localidade de destino.

Art. 3º Compete à coordenação de Transporte Aéreo – CTA coordenar o atendimento a necessidades de utilização de aeronaves, à serviço desta Fundação, em todo o Território Nacional, definindo, quando necessário, locais para instalação de bases em regiões onde a demanda de serviços aéreos assim se justifique.

Art. 4º As medidas necessárias para as manutenções, tanto preventivas como corretivas, das aeronaves ficarão a cargo da CTA, utilizando recursos específicos para esse fim e atendendo aos dispositivos legais e operacionais vigentes.

Art. 5º Poderá o coordenador da CTA designar um assistente técnico, que deverá recair sobre um piloto do quadro de servidores desta Fundação, com a competência de chefiar as operações de manutenção de aeronaves.

Art. 6º Os serviços de manutenção realizados em localidades diversas da sede desta Fundação deverão ser acompanhados e atestados pelo comandante da aeronave, e caso este não pertença aos quadros da FUNAI, deverá ainda constar com o endosso do Administrador Regional da área onde estiver baseada.

Art. 7º As despesas com combustível e lubrificante para abastecimento da aeronave serão arcadas pela Administração Executiva Regional que estiver fazendo uso desta, utilizando para isso recursos específicos para esse fim.

Art. 8º A admissão de tripulantes no quadro de pilotos desta Fundação deve respeitar as normas referentes à investidura em cargo público, dependendo de aprovação previa em concurso público, em respeito ao art. 37,II, da Constituição Federal.

Art. 9º Após preenchidas as formalidades do artigo anterior, a admissão de tripulantes em aeronaves de propriedade da FUNAI, ou que estejam a seu serviço será precedida da devida comprovação por meio da Caderneta Individual de Voo – CIV, de no mínimo mil horas de voo em comando, e qualificação de piloto comercial e voo por instrumentos, sem qualquer tipo de restrição.

Art. 10 A promoção de pilotos para equipamento de categoria superior obedecerá ao critério de avaliação do histórico profissional, usando-se como referência à disciplina, a assiduidade, os conhecimentos técnicos, a eficiência operacional e o tempo de serviço, desde que sua qualificação atenda os requisitos exigidos pelo novo equipamento a ser utilizado, e ainda em consonância com o princípio da isonomia.

Art. 11 Deverão ser observados em sua ficha profissional junto ao Departamento de Aviação Civil e na FUNAI, registros de quaisquer atitudes tais como: indisciplina, violação de regras de voo, alcoolismo, baixa assiduidade ou outros que possam constituir em risco para a operação da aeronave.

Art. 12 A escala de tripulação é de competência da CTA, que para isso, deverá levar em consideração a qualificação do piloto, bem como a sua experiência no equipamento que será operado e o tipo da missão a ser executada.

Art. 13 O tripulante que se recusar a cumprir a sua escala deverá apresentar justificativa por escrito ao Coordenador da CTA, sob pena de se submeter às sanções previstas em lei.

Art. 14 O tripulante que se julgar discriminado ou perseguido deverá relatar por escrito ao Coordenador da CTA, para que sejam procedidas as devidas apurações.

Art. 15 O piloto, quando em viagem a serviço deverá manter contato diário com a Coordenação de Transporte Aéreo, e quando estiver de folga, deverá permanecer em local onde possa ser contatado para ser informado da escala de voo, devendo apresentar-se no aeroporto, ou em outro local determinado, no prazo não inferior a 30 (trinta) minutos do horário determinado para a decolagem.

Art. 16 Atendendo ao disposto no Código Brasileiro de Aeronáutica, art. 172, § único, Lei nº 7565/86, o Diário de Bordo além de mencionar as marecas de nacionalidade e matrícula, os nomes do proprietário e do explorador, deverá indicar para cada voo a data, natureza do voo, os nomes dos tripulantes, lugar e hora da saída e da chegada, tempo de voo, incidentes e observações, inclusive sobre infra-estrutura de proteção ao voo, os abastecimentos de combustível, o

Separata do Boletim de Serviço da FUNAI	Brasília	Ano XX	Nº 02-03	Jan-Fev/2007
---	----------	--------	----------	--------------

numero de passageiros e a especificação da carga transportada, devendo este estar assinado pelo piloto comandante, sendo este tripulante responsável pelas anotações.

Art. 17 Somente as panes que impliquem em risco para a operação da aeronave deverão ser reportadas no Diário de Bordo. Os demais serviços deverão ser informados em relatório encaminhado ao Coordenador da CTA, para avaliação.

Art. 18 A aquisição de combustível, óleos lubrificantes, serviços e materiais a serem aplicados nas aeronaves da FUNAI, serão adquiridos por meio de processo licitatório, em obediência ao art. 37,XXI, da Constituição Federal.

Art. 19 Quando das solicitações de aquisições de materiais e serviços a serem aplicados nas aeronaves da FUNAI, o responsável pela autorização de tais solicitações será orientado e/ou assessorado por pessoal técnico da Coordenação de Transporte Aéreo.

Art. 20 Casos omissos que por ventura venham a surgir serão deliberados pelo Coordenador da CTA, levando-se sempre em consideração a legislação aeronáutica em vigor.

Art. 21 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MÉRCIO PEREIRA GOMES

Presidente

Separata do Boletim de Serviço da FUNAI	Brasília	Ano XX	Nº 02-03	Jan-Fev/2007
---	----------	--------	----------	--------------